



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

O BRASIL DESENVOLVIMENTISTA NO SÉCULO XX

BRAZILIAN DEVELOPMENTALISM IN THE 20TH CENTURY

Elisa Gomes Prestes¹

RESUMO: Este trabalho busca fazer uma breve retrospectiva dos aspectos políticos e econômicos durante o período de meio século (1930-1980) cujo os autores Bielschowsky e Mussi (2013) denominam de “Era desenvolvimentista” do Brasil. O trabalho está dividido em três partes: a primeira, analisando o início do nacional-desenvolvimentismo gestado durante o governo de Getúlio Vargas; a segunda, já durante a ditadura militar – e em específico durante o governo Geisel –, onde o desenvolvimentismo atinge seu ápice através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND); e, por último, a decadência do modelo na década de 1980 durante o governo Figueiredo. Para tal proposta, a metodologia adotada consistiu em consultar diversas fontes bibliográficas que abrangem a temática. Com isso, o artigo busca dar volume a discussão deste período específico da formação socioeconômica brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Formação socioeconômica; Geografia econômica; Nacional-desenvolvimentismo.

ABSTRACT: This essay seeks to make a brief retrospective of political and economic aspects during the half century period (1930-1980) on which the authors Bielschowsky and Mussi (2013) refer to as Brazil’s “Developmental Age”. This work is divided in three parts: the first, analyzing the beginning of the national-development managed during the Getúlio Vargas administration; the second, already during the military dictatorship - particularly the Geisel administration –, where this developmental age reached its pinnacle through the II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND); and, at last, the decadence of the period’s model in the 1980 decade during the Figueiredo administration. To this proposal, the chosen methodology consisted in consulting several bibliographical sources that embrace this subject. Therewith, this article seeks to enhance the debate over the brazilian socio economic formation in this specific period of time.

KEYWORDS: Brazil; Socio economic formation; Economic Geography; National-developmentalism.

INTRODUÇÃO

Falar da formação socioeconômica brasileira ao longo do século XX é, obrigatoriamente, falar das transformações estruturais que então ocorriam na própria conjuntura internacional. Com o fim da Segunda

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: elisagomesprestes@gmail.com



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidam-se enquanto *hegemon* capitalista e, ao mesmo tempo, inaugurando um novo parâmetro de modelo de desenvolvimento. Fundamentado sob a modernidade tecnológica, o consumo de massas e a busca por um elevado padrão de vida, este paradigma foi concebido como o “ideal” a ser reproduzido em escala mundial, sobretudo pelos países em desenvolvimento. Deixando para trás os tempos de precaução e restrição de um longo período de guerra, adota-se o lema de desenvolver, avançar, produzir e reconstruir.

Desta forma, a divisão internacional do trabalho se especializou em dois grandes grupos: o centro, detentor de tecnologia e produtor de bens industriais, e a periferia, majoritariamente primário-exportadora. Especificamente, os países do centro capitalista reestruturaram-se através do modelo de desenvolvimento baseado no Estado de bem-estar social keynesiano, onde viveram seus “Anos Dourados”. Essa *belle époque* otimista, como sabemos, duraria pouco.

Dentro deste cenário, o Brasil foi inserido no vórtice de expansão capitalista que então se anunciava no horizonte mundial, navegando sob ventos favoráveis para seu desenvolvimento; tanto por conjuntura internacional quanto por mérito próprio, como veremos adiante. Entretanto, por estar inserido na zona periférica, esteve constantemente vulnerável a restrições e estrangulamentos de desenvolvimento que acabariam por tornar-se estruturais. Como bem elucidou Ignácio Rangel²: “a economia periférica pode ser estudada como um organismo primitivo, que tem parte do seu corpo dentro e outra parte fora do território nacional”. Isto é, a periferia está simbioticamente combinada e dependente do centro capitalista.

Na busca por um novo modelo de desenvolvimento que substituísse a dependência vital para com o modelo primário-exportador colonial, o fenômeno do Estado desenvolvimentista se fez fortemente presente no Brasil especificamente da década de 1930 até a de 1980, assim como na América Latina de forma geral. A efetivação de uma robusta industrialização e modernização dos aparatos produtivos em solo nacional somente foram realizadas graças à gestão de um Estado forte e centralizador, sendo esta premissa o ponto de partida para o debate deste trabalho. Através de uma análise bibliográfica, procuramos analisar brevemente a conjuntura político-econômica nacional brasileira no século XX a partir do governo de Getúlio

² RANGEL, 1985, p. 715



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Vargas até o governo militar de Figueiredo, ressaltando o papel fundamental que o Estado desempenhou no efetivo desenvolvimento do Brasil.

O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

A definição de *Estado desenvolvimentista* repousa na concepção de que cabe ao Estado reger as políticas econômicas do país. Mais do que isso, a ação do Estado transcende as políticas instrumentais – como as políticas monetárias, cambiais e fiscais –, ampliando seu domínio a medidas de maior envergadura. Fonseca (2013) define que a ação do Estado se estende a medidas estruturais e institucionais, “com alcance de longo prazo e capazes de abrir novos caminhos e alternativas: leis, códigos, empresas estatais, órgãos, conselhos, tratados internacionais e projetos de impacto” (2013, p. 20).

É crucial ressaltar que o viés do Estado desenvolvimentista não foi uma característica restrita somente a solo brasileiro. Para Amsden (2009), este foi um fenômeno difundido em escala internacional no pós-Segunda Guerra Mundial por uma série de países periféricos: Coreia do Sul, Taiwan, China, Malásia, Indonésia, Tailândia, Índia e América Latina em geral. Ela denomina este grupo de “resto”. Ou seja, países que só obtiveram seu efetivo desenvolvimento tardiamente, e, ainda, de forma diferenciada do centro capitalista. Segundo a autora, o “resto” do mundo obteve proeminência dentro da arena internacional – apesar de seu atraso – através de quatro principais premissas: “bancos de desenvolvimento; administração de conteúdo local; exclusão seletiva (a abertura de alguns mercados para transações seletivas enquanto outros se mantinham fechados); e a formação de empresas nacionais” (2009, p. 227).

No caso específico do Brasil, se formos detalhar de forma ampla as fases de seu desenvolvimento³ ao longo do século XX, podemos perceber uma periodização muito visível em concomitância a marcantes acontecimentos geopolíticos internacionais. Para fins deste trabalho, nossa análise se limitará à etapa que Bielschowsky e Mussi (2013) denominam de *era desenvolvimentista* que vigorou de 1930 a 1980, com ênfase a seu início – sob o governo de Getúlio Vargas – e ao seu auge e subsequente fim – durante o período da

³ É importante salientar que o conceito de desenvolvimento econômico utilizado pelos autores Bielschowsky e Mussi (2013) denomina “crescimento com transformação estrutural, portadores de aumento de produtividade no trabalho” (p. 138), o qual continuará a ser empregado com o mesmo significado ao longo deste trabalho.



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

ditadura militar. Fonseca (2013) pontua que dentro desta única era há de se fazer uma diferenciação no *perfil* de desenvolvimentismo: o primeiro, durante a gestão varguista, se deu com base em ampliação dos direitos sociais, maior distribuição de renda e crescimento econômico relativamente estável; o segundo, gestado no governo JK e que aparece com maior ênfase a partir de 1964, se dá de forma mais internacionalizante e menos disposto a políticas redistributivas.

Esta etapa consolidou um projeto defendido deliberadamente pelos sucessivos governos onde o objetivo principal, de forma consciente, foi a industrialização acelerada e a modernização do setor-primário. O “subdesenvolvimento” brasileiro, a qual Fonseca (2013) pontua que não se devia a questões raciais, climáticas ou a qualquer determinismo geográfico ou biológico, foi engendrado graças a uma situação histórica: “[...] o fato de o país, desde suas origens, voltar-se à agricultura de exportação, tornara-o dependente na ordem econômica internacional” (2013, p. 59). Isto é: o Brasil, desde seu período colonial, já nasceu sob a condição subalterna de periferia. Superá-la consistia em ter a consciência de que essa estruturação não seria feita de forma espontânea ou por advento do mercado.

Para estes fins, o Estado brasileiro, a partir da década de 1930, assumiu função dupla de planejador e realizador. Isto é, exerceu papel de principal coordenador de investimentos de diversas formas: exemplos mais claros são a criação de empresas estatais, “[...] formação de infraestrutura (energia, transportes, comunicação e saneamento básico) e formação de alguns setores industriais (principalmente siderurgia, petróleo/petroquímica e extrativa mineral)” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013, p. 171), assim como o “apoio ao investimento privado pela via de crédito subsidiado, incentivos fiscais, proteção contra importações, promoção de exportações e atração ao capital estrangeiro” (idem, p. 171).

Entretanto, este desenvolvimento voltado “para dentro” com o devido esforço da industrialização por substituição de importações só foi possível em decorrência da crise mundial de 1929, como explica Rangel:

Nas fases recessivas, a economia dos países cêntricos limita sua demanda dos nossos produtos de exportação, deprimindo ao mesmo tempo os preços desses produtos [...] agravando nossos termos de intercâmbio. Temos um estrangulamento da capacidade para importar, o que, num país periférico, de economia complementar, corresponde a um grave desajustamento intersetorial. O esforço de substituição de importações sobrevém, pois, como uma reação orgânica (1985, p. 715).



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Usando as palavras de Celso Furtado, “o impulso dinâmico da economia gerou-se dentro dela mesma” (1981, p. 29). É importante ressaltar que o projeto nacional-industrializante voltado para o mercado interno não excluía o capital estrangeiro nem os setores agrários; “estes, inclusive, embora divididos, mais o apoiaram do que lhe fizeram oposição, embora se registrem resistências entre os segmentos ligados à exportação” (FONSECA, 2013, p. 21).

PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A gênese do modelo desenvolvimentista via Estado encontra-se, sem dúvida, na década de 30, forjada sob a figura política de Getúlio Vargas. Todas as instituições brasileiras modernas, salvo o Banco Central, possuem seu toque ou influência. A indústria existente até o início do século XX no Brasil consistia basicamente por um setor de bens leves, tais como a indústria têxtil, fabricação de algodão, sabão, velas, sacaria para embalagem de café, etc. Ou seja, a indústria nacional ocupava-se da produção de artigos “desprezados” pelo produtor estrangeiro, geralmente de valor pequeno, por não possuir bases técnicas modernas para competir com o produto importado.

A industrialização brasileira iniciou, portanto, “às avessas”, pelo Departamento II – indústria típica dos bens de consumo – sem possuir um Departamento I – indústria de capitais ou pesada. “Sem um Departamento I, nenhuma economia pode engendrar o próprio ciclo, nem de um modo geral industrializar-se, nas condições em que nos coube fazê-lo – com drástica contração da capacidade para importar” (RANGEL, 1985, p. 692). Anteriormente à década de 30, “os interesses agrários não permitem que se adote uma política ostensivamente protecionista, com tarifas suficientemente elevadas para o desenvolvimento de uma indústria autônoma” (MONTEIRO, 1990, p. 311).

A lacuna deixada pelas forças produtivas brasileiras no desenvolvimento de infraestrutura e setores estratégicos – exploração de jazidas minerais, sistema de transporte, sistema bancário, seguradoras, comércio, produção de aço e metal-mecânicos, indústria química etc. – abriu caminho para a instalação de inúmeras sociedades de capital estrangeiro no Brasil a partir dos anos 1900. São alguns exemplos: a empresa canadense de energia elétrica Light S.A. (1905, ano de estabelecimento em solo brasileiro); The National City



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Bank of New York (1915); The American Chemical Works Inc. (1917); International Machinery Company (1917); United States Rubber Export Co. Limited (1917); Brazilian Tobacco Corporation (1917); American Steel Export Company (1918); American Coffee Corporation (1920); Ford Motor Company (1920); Firestone Tire and Rubber Company (1923); Great American Insurance Co. (1924); Goodrich Rubber Co. of Brazil Inc. (1928); S/R Refinações de Milho Brazil (1929); dentre muitas outras.⁴

Com a crise internacional de 1929 e a consequente retração econômica mundial, a atividade cafeeira, principal sustentáculo do país, ficou seriamente ameaçada. A nível político, a crise de 1929 criou conjuntura favorável para a ascensão do presidente Getúlio Vargas, de cunho progressista-nacionalista. Lira Neto, biógrafo de Vargas, descreve a tensão política e econômica do período das eleições presidenciais em 1930:

Naquele fatídico outubro de 1929, uma crise econômica sem precedentes abalava o cenário internacional após a quebra da Bolsa de Nova York. A bolha especulativa que mantivera na estratosfera os índices das ações de repente explodiu, confirmando os prognósticos dos especialistas que haviam advertido para o artificialismo da euforia coletiva que se apossara pouco antes do mercado norte-americano. O chamado crash transformou a ebulição financeira em incerteza e agonia. Os Estados Unidos ficaram à beira do colapso e uma reação em cadeia ameaçou se espalhar pelo planeta. No Brasil, o setor cafeeiro, base de sustentação de Júlio Prestes, inevitavelmente pagaria o maior preço pela tragédia. (2012, p. 368)

A política de defesa e valorização do preço do café funcionou de um modo relativamente eficiente até o fim dos anos 20. Entretanto, somada à onda desestabilizadora da crise de 1929, a economia cafeeira encontrou seu limite de expansão. Sua vulnerabilidade se expôs no momento em que a produção do café, artificialmente estimulada, cresceu além de proporções estáveis e a situação acabou tornando-se insustentável. Persistir na antiga política de valorização cambial – isto é, valorizar o café em preços superiores em descompasso com a realidade de compra do mercado estrangeiro – acabou por desequilibrar a oferta *versus* a demanda. E, ainda, é importante salientar que o financiamento dos estoques de café brasileiro era feito à custa do capital externo; como a crise internacional direcionara as reservas de capital dos principais compradores de café (América do Norte e Europa) para questões mais urgentes, simplesmente não havia

⁴ MONTEIRO, H. M. 1990, p. 314



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

como solucionar o paradigma cafeeiro. Sobre a crise cafeeira reforçada pela crise de 1929, Lira Neto descreve:

Os mercados encolheram, bem no momento em que os cafeicultores brasileiros, às voltas com surtos de superprodução, já vinham encontrando dificuldade em negociar o produto por um preço atrativo. O governo paulista, que sempre socorrera o setor apelando a empréstimos internacionais a fim de comprar os excedentes – para estocá-los em armazéns reguladores e assim garantir a estabilidade do valor das sacas -, não poderia manter o velho estratagema, pois as fontes de capital externo haviam secado. Por consequência, diante da grande oferta e da quase nenhuma procura, as cotações do produto despencaram. Os armazéns reguladores e o porto de Santos, abarrotados, passaram a ser apelidados de “cemitérios de café”. (2012, p. 369)

O principal mote eleitoral de Vargas era, justamente, fazer o deslocamento do setor agroexportador cafeeiro lentamente à industrialização do país, assunto tão caro para diversos setores da sociedade brasileira, em especial à burguesia ascendente e ao empresariado. Inaugurada a gestão de Vargas, inicialmente os investimentos industriais voltados ao mercado interno passaram a substituir os investimentos voltados à agricultura exportadora, que continuou a existir, “mas foram se tornando progressivamente menos relevantes para a dinamização da economia brasileira” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013, p. 163). A fuga de capitais do setor cafeeiro rumo ao setor industrial criou as condições necessárias para iniciar no país as prerrogativas necessárias para a implantação das indústrias de base, “assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do polo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia” (MENDONÇA, 1990, p. 327).

Podemos citar quatro elementos básicos, descritos por Mendonça (1990), que foram cruciais para a sustentação dessa nova conjuntura nacional: **1)** A criação de uma rede de centralização efetiva dos comandos – expressa na colaboração de um plano de desenvolvimento que, pela primeira vez, integrava agricultura, indústria pesada e a emergência de massas; **2)** A afirmação da empresa pública como fator de dinamização do desenvolvimento – face à notória fragilidade da empresa privada nacional diante das tarefas impostas pelo salto industrializante; **3)** A fundação de um banco de investimentos (o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE); **4)** E, finalmente, o delineamento de uma nova articulação entre



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

empresários e Estado. Isso ilustra a ambição do governo varguista em adaptar a conjuntura socioeconômica brasileira para uma divisão de trabalho dentro dos moldes internacionais.

Este arranjo conjuntural espelha fielmente o tripé estratégico – bancos de desenvolvimento, exclusão seletiva e formação de empresas nacionais – que Amsden (2009) identifica como estratégias-padrão de ascensão econômica adotadas pela zona periférica no pós-guerra. Com relação à “exclusão seletiva” que a autora se refere, em linhas gerais tratou-se das sucessivas Instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – órgão precursor do Banco Central – que ocorreram ao longo das décadas. Cabe destaque à Instrução 25, lançada em 1947 durante o interregno de Vargas no governo de Eurico Gaspar Dutra, onde admitiu-se que os problemas cambiais do país deviam ser administrados de forma deliberada pelo governo. Em substituição aos mecanismos “espontâneos” de mercado, “passaram a se estabelecer, por intermédio de diferentes instrumentos, prioridades a determinadas importações, ao privilegiarem-se produtos classificados como essenciais” (FONSECA, 2013, p. 22).

Fonseca (2013) pontua que a seletividade de importação corresponde com o projeto de substituição de importações “[...] e opção pela continuidade do projeto de desenvolvimento acelerado, assentado na industrialização, que vinha sendo implementado desde a década de 1930” (2013, p. 23). Formulava-se, desta maneira, uma transferência de renda do setor exportador para a indústria, carente de produtos importados. O mesmo autor explica que por bens essenciais, entendiam-se “os bens de capital e intermediários, como insumos básicos necessários à produção industrial e à modernização agrícola” (2013, p. 23), em detrimento a produtos que já eram produzidos internamente “ou cuja oferta doméstica se pretendia estimular, bem como a de considerados supérfluos” (2013, p. 23).

Outro ponto crucial para dar suporte ao desenvolvimentismo via Estado foi o fenômeno dos bancos de desenvolvimento. Amsden (2009), refletindo sobre a conjuntura internacional do pós 2ª Guerra Mundial, pontua:

A infraestrutura foi o primeiro grande alvo dos bancos de desenvolvimento do pós-guerra. Diversamente da construção de ferrovias no pré-guerra, projetos infraestruturais como a eletrificação, a construção de rodovias, a irrigação, o saneamento e aeroportos geraram uma demanda substancial por insumos fabricados localmente (muitas das produtoras de bens de capital pesado no Brasil, por exemplo, resultaram de desdobramentos de projetos de infraestrutura pública). (2009, p. 229)



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

No Brasil, esta iniciativa deu criação ao órgão mais importante para o aprofundamento do desenvolvimento industrial e econômico nacional, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Criado em 1952 enquanto autarquia federal, posteriormente em 1967 foi repassado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; em 1971, transformou-se em empresa pública jurídica de direito privado; e em 1982, houve a mudança de nome para Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), permanecendo vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral até os dias atuais.

O BNDE foi criado com o objetivo de ser formulador e executor de políticas exclusivas ao desenvolvimento econômico. Ora, a conjuntura na década de 50 era justamente caracterizada por uma situação de escassez de financiamento externo. Recorrer a financiamento interno foi a alternativa viável para garantir a efetivação de um projeto de desenvolvimento tão ousado e aprofundado. Em concordância, Cavalcante (2013) observa que nossa indústria de base foi praticamente financiada internamente pelo BNDE como agente fundamental “[tendo] seu capital financiado por meio de um adicional sobre o imposto de renda. O BNDE financiou projetos de infraestrutura de transportes, energia e de implantação industrial” (2013, p. 89).

Conclusivamente, é notável que durante o governo Vargas (1930-45/1951-54) se estabeleceu a edificação de uma nova estrutura de país focada em políticas desenvolvimentistas. Cavalcante (2013) ressalta as principais medidas criadas durante este período pensadas e executadas pelo Estado:

[foram criados] órgãos, institutos e comissões que visavam a manutenção dos compromissos com o desenvolvimento nacional, com destaque para as empresas criadas no setor de financiamento (Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais; Banco do Nordeste; Banco de Crédito do Amazonas), entre outros. Assim como no setor de infraestrutura e geração de energia (Comissão de Desenvolvimento dos Transportes; Comissão Executiva do Carvão Nacional; Eletrobras; Petrobras. (2013, p. 93)

Subsequentemente, até a década de 1980, os sucessivos governos prosseguiram reproduzindo o padrão desenvolvimentista, porém sob ênfases diferentes. Especifiquemos, agora, como se deu este processo na segunda metade do século XX.



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

O presidente Kubitschek (1956-1961) inaugura um momento otimista na economia brasileira. Sob a metassíntese dos “cinquenta anos em cinco”, o país conheceu a euforia do Plano de Metas, que legitimou a ideologia do Estado desenvolvimentista rumo a um novo e inédito patamar de modernização. Diferentemente do governo antecessor que priorizava o capital nacional com fortes restrições ao capital estrangeiro, o projeto desenvolvimentista de JK se deu de forma a priorizar a internacionalização da economia brasileira, como salienta Mendonça (1990):

Após o tumultuado interregno do governo Café Filho [vice de Vargas] inaugurou-se a gestão de Juscelino Kubitschek (1956), marco da vitória do novo projeto industrializante em gestão. A opção pela abertura da economia ao capital estrangeiro superava o “modelo” econômico até então vigente, acenando com a possibilidade de transformações estruturais aceleradas através da implantação de um núcleo capitalista dinâmico e integrado. (1990, p. 343)

Esta ruptura se deu sobretudo em dois níveis: no da definição de um novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado; e no do estabelecimento de novas estratégias do financiamento para a industrialização brasileira, através da abertura de capital. Kubitschek articulou, sob a vigência de seu Plano de Metas, a tentativa de ingressar em um patamar mais avançado da industrialização brasileira, como ressaltam Bielschowsky e Mussi (2013):

Nova etapa da história mundial: as grandes empresas europeias e norte-americanas tinham descoberto o Brasil como um dos destinos preferenciais para suas aplicações naqueles primórdios da mundialização produtiva no setor; e soldava-se naquele momento, no país, o tripé capital estatal-capital nacional-capital estrangeiro, que agenciou o processo de industrialização brasileiro. (2013, p. 190)

A abertura ao estrangeiro se expressou na entrada maciça de empresas multinacionais no país, principalmente no setor de bens de consumo duráveis, com ênfase à indústria automobilística. Os autores Castro e Souza (1985) pontuam que a invasão do capital internacional ocorre em toda a América Latina, em uma tentativa de “diversificação do aparelho produtivo nacional, situado nos últimos estágios da produção



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

[...] correspondente ao bem final” (1985, p. 61). Ou seja, automóveis e seus similares foram produzidos em grande escala pela primeira vez no continente sul-americano. A expansão das montadoras formou importantes polos industriais no Brasil, como o ABC paulista.

Não obstante, a inserção das multinacionais estrangeiras revelou que o país, por mais que nas décadas anteriores tivesse ocorrido enorme esforço em expandir o Departamento I industrial, possuía bases frágeis e incompletas quando comparadas com os setores industriais avançados do centro capitalista. Para prosseguir com o processo de substituição de importações, o Brasil teve que, contraditoriamente, elevar enormemente seu nível de importação. Isto é, como explicam Castro e Souza: “Vale dizer, feita a ‘substituição’, a produção internalizada requeria a aquisição no exterior de determinadas matérias-primas, peças e componentes” (1985, p. 61). Ao inaugurar uma demanda expressiva para suprir um novo setor industrial, ficaram evidentes inúmeros gargalos em setores estratégicos de infraestrutura, tais como: “aço, petróleo, diversos metais, químicos” (BATISTA, 1987, p. 67). Ao não dispor destes insumos básicos para sustentar a produção, o período foi caracterizado igualmente por “um crescimento violento do volume de importações de bens intermediários” (idem, 1987, p. 67).

A ampliação de importações cada vez mais vultuosas acabou engendrando um ciclo dependente e vicioso: “A própria substituição de importações se encarregaria de repor – e talvez, mesmo, agravar – o estrangulamento externo, renovando-se com isto o impulso à substituição [...] que se realimenta a si mesmo” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 61). Análises de cunho cepalino, como a da economista Maria Conceição Tavares, defenderiam que a substituição de importações repousava sob um paradoxo contraditório. “O estrangulamento externo repunha-se com o incremento da substituição de importações e era a variável mais vulnerável desse modelo de industrialização” (FONSECA, 2013, p. 45).

A consequência foi uma dívida externa que praticamente dobrou até a década de 60, reforçada por uma situação deficitária na balança comercial e índices de inflação crescentes, como demonstra a tabela abaixo:



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Tabela 1: Produção industrial x Inflação

Anos	Produção industrial % a. a.	Inflação % a. a.
1958	16,2	14,2
1959	11,9	33,5
1960	9,6	17,3
1961	10,6	43,6
1962	7,8	42,2
1963	0,2	88,4
1964	5,2	82,2
1965	5,0	69,7

Fonte: RANGEL (1985, p. 711)

Essa devastadora crise econômica prolongou-se nos dois próximos conturbados governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64). Reforçada pela conjuntura internacional da Guerra Fria, a crise acabou por derrubar o período constitucional no Brasil e nos impeliu para uma ditadura policial-militar.

PERÍODO DITATORIAL

Em 1964, com o golpe militar, o Brasil inicia o período de ditadura mais longo da América Latina (1964-1985). No que tange ao planejamento econômico, representou duplamente tanto o auge quanto o esgotamento do padrão desenvolvimentista coordenado via Estado. Essa maturação da industrialização foi sustentada por três planos de governo: o Plano de Desenvolvimento I (1971-74) durante o governo Médici, Plano de Desenvolvimento II (1975-79) no governo Geisel e Plano de Desenvolvimento III (1980-85) no governo Figueiredo.

Resumidamente, Bielschowsky e Mussi (2013) identificam três períodos com perfis de desenvolvimento diferentes ao longo dos vinte e um anos de ditadura: **a)** de 1964-67, onde “foi ampliado o arcabouço institucional orientado ao processo de industrialização”; **b)** de 1968-80, onde houve crescimento acelerado e “forte ampliação da participação do Estado na condução da economia” e **c)** após 1980, onde



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

passa a predominar “fraco desempenho econômico e, com ele, forte recuo na participação estatal na coordenação e nos estímulos aos investimentos, bem como sua execução” (2013, p. 171). Os três períodos são acompanhados por seus respectivos planos de desenvolvimento.

Começaremos nossa análise do período militar pelos anos de 1968-73, onde o Brasil emerge da crise econômica que vinha se arrastando desde a década anterior. Comumente conhecido como “milagre econômico” – por ter obtido um crescimento de 11,4% ao ano –, o país vive um clima de euforia e de construção do “Brasil potência”. Esse crescimento excepcional, gestado durante o I PND, foi possível graças tanto à conjuntura interna – via ocupação da capacidade ociosa do setor produtivo brasileiro – quanto por conjuntura externa, como ressalta Batista (1987):

A rápida expansão do comércio mundial, o crescimento sincronizado das economias industriais, a elevação dos preços dos produtos primários e a tremenda liquidez do sistema monetário internacional que se observou neste período determinaram um quadro absolutamente extraordinário para o crescimento das economias dos países em desenvolvimento. (1987, p. 67)

Entretanto, o otimismo econômico brasileiro não duraria muito. Em 1973, com a primeira crise internacional do petróleo, o Brasil deparou-se com um entrave para prosseguir crescendo. O corolário da conjuntura de 1973 lançou o Brasil – e, de forma geral, todos os países importadores – em bases instáveis. Por ser importador de oitenta por cento do petróleo que consumia e, principalmente, por este ser literalmente o “combustível” de sua projetada expansão industrial, o país se viu em uma situação onde a “substituição de importações de petróleo e outros insumos no curto prazo eram obviamente muito limitadas” (BATISTA, 1987, p. 68).

Rangel (1985) ressalta que a crise do petróleo assumiu efeitos imediatos em escala mundial, traduzindo-se por um aumento significativo de valor na cadeia produtiva de inúmeros produtos e, conseqüentemente, desencadeando forte desequilíbrio na balança de pagamentos dos países importadores, “especialmente no Terceiro Mundo [...] e na acumulação de saldos sem precedentes em muitos dos países exportadores do mesmo produto” (1985, p. 721). Face a isso, o Brasil tinha duas alternativas: fazer um ajustamento ortodoxo que implicaria claramente em diminuição de crescimento ou iniciar uma nova etapa



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

de desenvolvimento. Escolhida a segunda opção, inaugura-se o período da “economia em marcha forçada”, negando-se a delegação ao mercado à condução das decisões econômicas. Doravante, o Brasil adota o binômio crescimento *com* endividamento, que o levará na década seguinte, inevitavelmente, a novo surto da crise de dívida externa.

O plano de levar adiante o processo de desenvolvimento econômico é concretizado sob o II PND do governo Geisel. Castro e Souza (1985) ressaltam que o plano seria o responsável pelo amadurecimento do parque produtivo brasileiro, com a promessa de que “[...] o Brasil se empenhará em cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (1985, p. 30), enfrentando a conjuntura mundial de turbulência com a necessária redução da dependência externa. Era crucial para os militares prosseguir com a marcha desenvolvimentista, visto que o momento era propício para tal: os investimentos do I PND, a “safra do milagre”, recém estavam amadurecendo. Ainda de acordo com Castro e Souza, “Encontrava-se em curso, em 1974 [...] um volume sem precedentes de investimentos, decididos a partir do galopante crescimento do mercado interno, ocorrido nos anos anteriores” (1985, p. 33). Na visão do governo, retroceder implicaria em um enorme custo para a estrutura do país e para a legitimação do regime.

Amsden (2009) pontua que a redução da dependência externa se fez da seguinte maneira: “com a crise do petróleo que de súbito abalou a balança de pagamentos do Brasil, o governo decidiu intensificar seu programa de substituição das importações, como declarado no segundo Plano de Desenvolvimento Nacional” (2010, p. 246). Em linhas gerais, o II PND pode ser sintetizado em dois pontos: **a)** ampliar a base do sistema industrial, dando prioridade ao setor energético e **b)** aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. “O projeto de industrialização nacional, que teve como primeiro grande marco a batalha pela moderna siderurgia, é ali ostensivamente assumido” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 45). Os anos 70 reproduzem em escala gigante o surto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

O II PND representa, portanto, o auge do desenvolvimentismo via Estado, ao deixar claro que as mudanças descritas pelo programa requerem a ativa presença do mesmo como o único agente capaz de engendrar as mudanças institucionais que o país necessitava, como ressaltam Castro e Souza (1985):

O avanço da ação reguladora do Estado, mediante políticas de estímulo e orientação das decisões privadas, bem como a ocupação de novos espaços pelas empresas públicas, era algo *inerente* à decisão maior de levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

responder ao estrangulamento externo através da reestruturação do aparelho produtivo. (1985, p. 42)

O principal sujeito da industrialização seria, pois, a grande empresa estatal, que assume o centro do palco da industrialização. “Os gigantescos investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 38). Desta forma, “o II PND propunha corrigir os desbalanceamentos setoriais existentes, elegendo como prioritários os setores de insumos básicos, o setor energético e o de bens de capital” (BATISTA, 1987, p. 68). A ideia principal era importar menos e aumentar a produção nacional, como aponta Batista (1987):

Nos casos do aço, alumínio, silício, petroquímicos intermediários, resinas termoplásticas e celulose, o Brasil passou de uma posição altamente dependente do produto importado em 1974-1975 para uma posição de exportador de uma parcela significativa da sua produção. (1987, p. 74)

Foi notável o enorme esforço empreendido pelo Estado na década de 1970 para estruturar o parque industrial brasileiro em seus diversos setores. Ao optar pela estatização, o governo ergueu um robusto departamento de bens de capital, dotando o país da capacidade de engendrar seu próprio ciclo produtivo com menor dependência externa. Entretanto, quando nem bem terminava a década de 80, o país foi alcançado pelo segundo choque do petróleo, em 1979, com os principais programas e projetos oriundos do II PND em pleno andamento. Castro e Souza (1985) pontuam que o valor das importações de combustíveis líquidos saltou do patamar de “US\$ 4 bilhões para valores próximos a US\$ 10 bilhões entre 1980 e 1982, seguida da expansão dos juros pagos ao exterior de US\$ 2,7 bilhões em 1978 para US\$ 9,2 bilhões já em 1981” (1985, p. 48), combinados com a inevitável derrocada do preço de importantes produtos primários que o país exportava.

A conjuntura internacional tornou a situação brasileira insustentável, visto que os superinvestimentos realizados pelo I PND e II PND resultaram inequivocamente em crescente endividamento externo, como aponta Furtado: “[...] a dívida externa, que era de 12,5 bilhões de dólares em 1973, salta para 43,5 bilhões em 1978” (1981, p. 52). O Brasil não tinha outra alternativa senão retroceder. Castro e Souza (1985) ressaltam que, desta vez, havia um enorme contraste da situação brasileira em relação à conjuntura



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

de 1974, onde optou-se por deslanchar um desenvolvimento forçado para sobreviver à crise. “Os investimentos oriundos do milagre já haviam sido em maior ou menor medida digeridos; a safra de investimentos de 74 já se encontrava em adiantado estágio de maturação” (1985, p. 49). A opção pela adoção de novos investimentos simplesmente não era mais viável. Estava decretado o fim do sonho desenvolvimentista no Brasil.

FINANCEIRIZAÇÃO INTERNACIONAL

Ainda na década de 1970, enquanto o Brasil dava prosseguimento a um intenso processo de industrialização pesada, *pari passu* um fato histórico específico acabaria por abalar a estabilidade mundial. Em 1971, o presidente republicano Richard Nixon dos Estados Unidos decretou o fim do sistema Bretton Woods ao suspender a conversibilidade do dólar norte-americano atrelado ao padrão ouro. Para Bresser-Pereira, “a taxa de câmbio fixa de Bretton Woods era uma pedra fundamental da estabilidade econômica” (2012, p. 38) que mantinha as finanças mundiais atreladas a um sistema coeso e estável. Com sua suspensão, irrompeu a “instabilidade financeira mundial, desencadeada pela desregulação dos mercados financeiros nacionais” (2012, p. 38).

Há uma mudança radical, portanto, para um novo modelo de desenvolvimento baseado na *financeirização capitalista*. A financeirização pode ser entendida como “um arranjo financeiro distorcido, baseado na criação de riqueza financeira artificial, ou seja, riqueza financeira desligada da riqueza real ou da produção de bens e serviços” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 21). Isto é, há um aumento da riqueza *artificial* (capital financeiro) sem haver, necessariamente, uma produção *real*. Para Bresser-Pereira, trata-se de um modo de capitalismo intrinsecamente instável.

Os “30 anos dourados do capitalismo” (1948-1978) do pós-guerra, onde haviam “mercados financeiros regulados, estabilidade financeira, elevadas taxas de crescimento econômico e redução da desigualdade” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 26) deram lugar à ideologia econômica neoliberal, eliminando o Estado intervencionista e assistencialista. De acordo com o mesmo autor, por neoliberalismo entende-se: “[...] não deve ser compreendido apenas como um liberalismo econômico radical, mas também como uma ideologia hostil aos pobres, aos trabalhadores e ao Estado do bem-estar social” (2012, p. 21). As taxas de



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

crescimento diminuíram, a instabilidade financeira em escala mundial aumentou rapidamente e, conseqüentemente, houve um agravamento profundo da desigualdade, privilegiando principalmente “os 2% mais ricos de cada sociedade nacional” (2012, p. 26).

É assim que se inaugura uma *nova era* dentro do sistema capitalista mundial, sendo representada no poder global através de figuras clássicas do neoliberalismo como os recém-eleitos Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Reino Unido).

A FALÊNCIA DO ESTADO INTERVENCIONISTA

Em solo nacional, a nova conjuntura internacional – segundo choque do petróleo e financeirização – atrelada à conjuntura nacional – crescente dívida externa – constituíram uma mudança brusca e radical no destino das políticas econômicas brasileiras. Com a nova elevação de preço do barril de petróleo, os juros internacionais explodem e a estabilidade econômica nacional artificialmente sustentada desaba. A partir da “década perdida” dos anos 80, a taxa de crescimento médio da economia decaiu exponencialmente, como demonstram Bielschowsky e Mussi: “A taxa de crescimento médio da economia no período caiu de 8,8% no período 1968 a 1980 a 1,7% entre 1981 e 1994, e a expansão média anual dos investimentos, de 11,3% a - 0,4%” (2013, p. 197). Wallerstein (2004) sinteticamente ressalta que uma das expressões-chave que podem resumir a década de 1980 na América Latina é “crise da dívida” (p. 62).

Face a esse difícil cenário, o objetivo do então ministro do Planejamento, o economista Delfim Netto, foi conduzir o país de volta “à economia de mercado” com a utilização de uma terapia convencional ortodoxa. Segundo Castro e Souza (1985), o ministro tinha a visão de que o governo anterior optou por “um programa que estava muito acima de nossa capacidade de poupança” (1985, p. 53). Além disso, acrescentou que o consumo engendrado a partir do “milagre econômico” foi mantido acima da realidade possível do país: “O Estado brasileiro já desempenha o papel do Estado em 1980, e a economia brasileira está em 1950. Produzimos como se estivéssemos em 1950 e distribuímos, realmente, em 1980” (1985, p. 53).

Afinado com o espírito neoliberal que permeava o mundo, Delfim pregava a regeneração da economia “através de políticas de austeridade e da implantação de uma autêntica economia de mercado, isenta de interferências do Estado, aberta à competição internacional e guiada por preços livremente



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

estabelecidos” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 7). O governo iria ainda mais longe na aceitação do receituário ortodoxo, argumentando que havia a necessidade de tornar a economia brasileira mais “eficiente”. Esta receita implicava, diretamente, na “eliminação de subsídios e redução da intervenção direta e indireta do governo” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 54).

Sob as novas políticas de contenção e restrição, coube às empresas públicas abrirem espaço para as empresas privadas em detrimento à anterior prioridade dada às estatais desde o governo de Vargas. “As estatais, que haviam assumido posições hegemônicas nas transformações desencadeadas pelo II PND, passam a ser vistas como um dos problemas mais complicados da economia brasileira” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 54). Outra mudança radical realizada foi o fim da prioridade industrial, regressando à predileção da exportação de primários enquanto atividade econômica majoritária. Voltou-se a falar das vantagens comparativas “que estariam nos setores agrícola e mineral [...] a retomada haveria de vir através da expansão agrícola, e a maior capacidade de importar, em decorrência do crescimento das exportações primárias” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 55).

Bielschowsky e Silva (2013) especificam que essa mudança radical do padrão de desenvolvimento se deu, de forma geral, em toda a América Latina, tornando o endividamento externo e o descontrole subsequente das contas públicas conjunturais. “Nesses anos, sob o impacto de maxidesvalorizações provocadas pela crise da dívida externa, as economias da América Latina passaram por altas taxas de inflação – que só não ocorreram na Colômbia” (2013, p. 58). Já Amsden ressalta que as crises da dívida externa iniciadas na década de 80 se deram, principalmente, “pela tendência do Estado desenvolvimentista de superexpandir-se” (2010, p. 43), fenômeno semelhante ao que ocorreu com o Leste Asiático com a crise do final dos anos 90. Em síntese, tais eventos revelaram a fragilidade do Brasil em um sistema mundial que estava sofrendo profundas alterações no padrão de comportamento financeiro internacional.

A crise dos anos 80, portanto, desfez os sonhos do Brasil-potência dos militares. O país, nos anos seguintes, viveria uma conjuntura nacional caracterizada por desemprego em massa – que na década de 1990 tornar-se-ia gritante –, abertura comercial, sucateamento da indústria brasileira e submissão às autoridades financeiras internacionais. E é por isso que, para todos efeitos, os anos de 1980 são considerados como o marco específico de esgotamento do longo período conhecido como *desenvolvimentismo via Estado*.

**EXPRESSÕES****GEOGRÁFICAS****REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC****www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES**

No entanto, ainda que a era desenvolvimentista tenha atingido seu ápice durante o período militar, é importante fazer algumas ressalvas sobre o modelo econômico empregado e seus consequentes desdobramentos à sociedade. Bielschowsky e Mussi (2013) apontam que, de fato, a ditadura deu força total ao plano desenvolvimentista que estava em vigor:

A institucionalidade em defesa do desenvolvimento com forte participação do Estado foi ampliada e reforçada, e as políticas monetária, fiscal e cambial foram direcionadas ao crescimento econômico e à geração de competitividade nos setores de bens comercializáveis com o exterior. (2013, p. 191)

Rangel (1985), de forma semelhante, ressalta que não seria justo dentro da historiografia econômica brasileira afirmar que o período da ditadura militar tenha defasado o desenvolvimento da economia nacional. “Ao contrário, é bem possível que o tenha acelerado, levando às últimas consequências uma industrialização que, nas condições de uma estrutura agrária arcaica, começava a encontrar seus próprios limites” (1985, p. 720).

Todavia, a elevação dos índices econômicos se deu à duras penas. Para sustentar políticas econômicas progressistas, o governo utilizou-se da amarga fórmula do arrocho salarial dos trabalhadores combinado a uma funcional concentração de renda. Furtado (1981) e Bielschowsky e Mussi (2013) ressaltam que o período ditatorial conjugou: privilégio dos consumidores de rendas médias e altas; benefício à produção de bens mais sofisticados e menos essenciais; repressão feroz aos sindicatos e movimentos trabalhistas; e, conseqüentemente, produção de desigualdades sociais altamente polarizadas entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana. Para ilustrar, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em 1975, revelou que 44 por cento das famílias brasileiras estavam incluídas no que se considerava a faixa de pobreza, com acesso a uma renda total inferior a dois salários mínimos. “Como o salário mínimo decresceu nos últimos 20 anos, o menos que se pode concluir é que cerca de metade da população foi excluída de qualquer benefício do considerável aumento de produtividade ocorrido durante esse período” (FURTADO, 1981, p. 59).

Ou seja, ainda que o período militar seja considerado como um momento de glorificação e robustez do desenvolvimento econômico, não seria justo, neste trabalho, desconsiderar o viés social ao tratar de tal

**EXPRESSÕES****GEOGRÁFICAS****REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC**www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

tema. É importante mostrar a realidade concreta que os índices e balanços econômicos positivos mascaram. Nas palavras de Furtado (1981, p. 42), o desfecho da era desenvolvimentista se traduz em um cenário nacional onde “poucas vezes ter-se-á imposto a um povo um modelo de desenvolvimento de caráter tão antisocial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi descrever de forma sucinta, dada a complexidade do tema, como se deu a estruturação do modelo de desenvolvimento articulado e promovido ativamente pelo Estado ao longo de meio século (1930-80) no Brasil. O que se conclui é que houve, de fato, a implementação consciente e deliberada de um projeto nacional-desenvolvimentista onde o governo, de forma vertical, pôs em prática medidas diretas em prol do progresso econômico brasileiro em suas sucessivas conjunturas. O Estado, assumindo o papel de coordenador de investimentos, articulador e formador de setores industriais e doador de subsídios e incentivos fiscais, foi o principal ator de um longo e intenso projeto. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento, longe de ser contínuo e homogêneo, caracterizou-se por uma diferenciação de perfil ao longo dos sucessivos governos.

Dentro da conjuntura nacional da época, o modelo significou deixar para trás o perfil agrário e desindustrializado para lançar-se à busca da “fábula de ouro capitalista” de um Brasil próspero, soberano, industrializado e moderno. De fato, ao seguir o ideário desenvolvimentista criado pelo centro capitalista no pós-guerra, o país efetivou a construção de instituições modernas, ergueu um parque industrial próprio e inseriu-se ativamente na divisão internacional do trabalho. Porém, a qual custo? Abraçamos um estilo de desenvolvimento baseado no uso depredatório de recursos e na homogeneização dos padrões de consumo, onde pouco da estrutura desigual entre ricos e pobres se alterou. Tratou-se inequivocamente de uma modernização conservadora, de uma perpetuação do *status quo* da formação socioeconômica brasileira, segregadora desde suas raízes. Para ultrapassar a crise, coube ao Brasil abraçar a financeirização do capital e viver o que convencionou-se chamar de “globalização”. Os resultados, como sabemos, respaldaram a vitória do “ocidente” sobre a União Soviética, do capitalismo sobre o comunismo, do mercado livre e do



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

neoliberalismo sobre o Estado de bem-estar social, anunciando um melancólico desfecho para a história da humanidade no século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, A. H. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BATISTA, J. C. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro: v. 7, nº 2, abril-junho de 1987. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/26-4.pdf>>. Acesso em: 13.06.2015

BIELSCHOWSKY, R.; SILVA, C. E.; VERNENGO, M. Visão de conjunto. In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1, p. 21-78.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980). In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1, p. 137-210.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (org.). **Depois da crise**: a China no centro do mundo? – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CAVALCANTE, T. P. A. Aspectos político-econômicos do segundo governo Vargas. In: LIMA, M. C. (org.). **Os boêmios cívicos**: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54). – 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

FONSECA, P. C. D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo Governo Vargas e a economia brasileira. In: LIMA, M. C. (org.). **Os boêmios cívicos**: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54). – 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

FURTADO, C. **O Brasil pós-milagre**. – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. Coleção Estudos Brasileiros, v. 54.

MENDONÇA, S. R. **As bases do desenvolvimento capitalista dependente**: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. Y. (org.) História Geral do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990. Pgs. 327-349.

MONTEIRO, H. M. **Da República Velha ao Estado Novo**: o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, M. Y. (org.) História Geral do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990. Pgs. 302-315.

**EXPRESSÕES****GEOGRÁFICAS****REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC**www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

NETO, L. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

RANGEL, I. Economia: milagre e antimilagre. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. – Rio de Janeiro: Editora Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 1.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. – Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1985.

Recebido em Agosto de 2015

Aceito para publicação em Setembro de 2015